

**"HÁ UM TEMPO PARA CALAR
E UM TEMPO PARA FALAR"**

A IGREJA E A POLÍTICA

Card.. Carlo Maria Martini.

"Para tudo há momento, e tempo para cada coisa sob o céu:

tempo de dar a luz e tempo de morrer, tempo de plantar e tempo de
arrancar o que se plantou;

tempo de matar e tempo de curar; tempo de destruir e tempo de construir;

tempo de chorar e tempo de rir; tempo de lamentar e tempo de dançar;

tempo de atirar pedras e tempo de juntar pedras; tempo de abraçar e tempo
de evitar o abraço;

tempo de procurar e tempo de perder; tempo de guardar e tempo de jogar
fora;

tempo de rasgar e tempo de costurar; tempo de calar e tempo de falar;

tempo de amar e tempo de odiar; tempo de guerra e tempo de paz".

Este texto bíblico, tirado do livro do Eclesiastes (3,1-8), é utilizado com frequência para recordar a variedade das vicissitudes humanas, a mudança dos cenários da história e para indicar que para cada

* Trechos do discurso do cardeal-arcebispo de Milão, Carlo Maria Martini, por ocasião da festa de Santo Ambrósio (6 de dezembro de 1995), patrono da diocese milanesa.

coisa há um tempo oportuno, que é necessário saber individuar com sabedoria.

Santo Ambrósio, que apreciava os livros sapienciais da Bíblia e que em seus escritos citou o livro do Eclesiastes [...] pelo menos uma vintena de vezes, citou este texto quase por inteiro em seu escrito sobre Tobias; "As sementes germinam em sua estação; os animais parem em sua estação. De fato, 'há um tempo para parir e um tempo para morrer, um tempo para plantar e um tempo para arrancar o que se plantou, um tempo para matar e um tempo para curar'; e mais adiante: 'Há um tempo para ganhar e um tempo para restituir, um tempo para conservar e um tempo para jogar fora'" (*De Tobia*, 13).

No entanto, Ambrósio não cita aqui a expressão que me interessa mais esta tarde, e é a seguinte: "Há um tempo para calar e um tempo para falar". Porém em outras obras trata expressamente o tema das condições da palavra e do silêncio com termos bem explícitos (cf. *De officiis*, I,9). E, alguns dias antes de sua morte, ocorrida em 397 (preparamo-nos para celebrar solenemente este décimo sexto centenário a partir de 1996) na *Explicação do Salmo 43* escreve: "Há um tempo oportuno para tudo: um tempo para calar e um tempo para falar. Deves calar, quando não encontras um interlocutor disponível; deves falar, quando o Senhor te concede uma língua sábia, capaz de tornar eficaz teu discurso no coração dos teus ouvintes" (*Explanatio Psalmi XLIII*, 72). [...]

A situação atual interpela a Igreja

Quis recordar o trecho do Eclesiastes porque nesses últimos tempos, após os acontecimentos políticos que mudaram amplamente os marcos habituais de referência, acenou-se muitas vezes a uma certa "afasia" da Igreja [...]. Tal imputação de silêncio explica a atenção que a opinião pública prestou à recente Assembléia da Igreja Italiana realizada em Palermo, onde o Papa, o Cardeal-presidente da Conferência Episcopal Italiana e os diferentes grupos intervieram para indicar qual devia ser a orientação da comunidade eclesial neste delicado momento. De fato, a situação atual requer que a Igreja diga claramente sobre quais temas pretende calar, pois não são de sua competência imediata, e sobre quais pretende falar, uma vez que pertencem à sua missão.

O discurso do Papa em Palermo é muito claro e explícito a este respeito: "A Igreja não deve e não tenciona envolver-se com alguma opção de alinhamento político ou partidário, como também não exprime preferência por uma ou outra solução institucional ou constitucional que seja respeitosa da autêntica democracia. Neste sentido a Igreja prefere calar, deixando que os leigos cristãos se expressem

segundo sua consciência e competência. Todavia a Igreja não deve apenas calar, mas também falar. O Papa continua: "Isto nada tem a ver com uma 'diáspora' cultural dos católicos, com a pretensão de que qualquer idéia ou visão de mundo seja compatível com a fé".

Para a Igreja, portanto, trata-se de calar sobre tudo no que se refere a opções imediatas de alinhamento, e de falar sobre tudo no que se refere princípios éticos que norteiam as opções políticas. De fato, é preciso evitar dois erros nos quais os católicos italianos podem cair no momento presente: o da depressão ou lamentação estéril ou irritação devido à perda de influência na sociedade - talvez acalentando sonhos de formas obsoletas de presença - e o de colocar-se à parte ou entrincheirar-se na crítica da modernidade. A aceitação serena de ser minoria exige, acima de tudo, que se tirem todas as conseqüências, teóricas e práticas, daquilo que em outros tempos foi chamado de *opção religiosa*; esta deveria ser reproposta, de modo adaptado às novas circunstâncias, como opção evangélica e profética, como afirmação do primado de Deus e do Evangelho e de suas conseqüências para o bem da comunidade humana. Na Assembléia de Palermo afirmou-se: "Temos necessidade de crentes e de comunidades que aprendam, com sabedoria e perseverança, a exercer a profecia nas situações em que vivem e testemunham sua fé [...]. O exercício do espírito de profecia, presente em todo aquele que crê, permite-nos influenciar desde agora, com o testemunho genuíno do Evangelho do amor, nas mudanças de amanhã" (Grupo n. 5, Síntese [...])

Faz-se mister uma intervenção de tipo ético, uma vez que, diante das opções políticas que se nos apresentam, está em jogo não a sobrevivência da Igreja enquanto tal, mas, antes, do modo de proceder cristão, do *ethos* evangélico e, em última análise, do *ethos* civil compartilhado que está na base de toda sociedade democrática. A meu ver, tal intervenção deve referir-se mais aos métodos da política que aos conteúdos afirmados por valorações éticas particulares (como a vida, a família, o trabalho,, a escola, etc.). Tais valores são importantes, porém hoje há o risco de que eles, e muitos outros, sejam ameaçados por um método geral de fazer política. Gostaria de expor mais claramente meu pensamento em dois pontos, respondendo a duas perguntas: 1) Por que a Igreja hoje não deve calar-se acerca de temas éticos subjacentes aos mecanismos gerais e aos modos de atuação política? 2) Como e em que condições a Igreja pode desempenhar esta tarefa?

Por que a Igreja, hoje, não deve calar-se?

Em síntese, eu diria que a Igreja não deve calar-se porque está em jogo a sobrevivência do *ethos político*. Não é a Igreja que está em

perigo, mas a natureza mesma da política e, portanto, da democracia e, em última análise, do comportamento social que está em sua base. Vários fenômenos demonstram isso; aludo a alguns:

1) A emergência de uma certa desfiguração do primado do sujeito que se traduz num privilégio, de fato, para quem sabe reivindicar, valendo-se de seu peso econômico e social, os próprios direitos individuais ou de grupo. Trata-se de uma atitude que contesta a função do Estado na tutela dos mais fracos e, no fim das contas, põe em risco o próprio pacto social, subjacente à Constituição, em favor de acordos contratuais, mais fáceis para adaptar-se às conveniências e maiorias do momento.

2) O êxito, tanto na opinião pública como nos costumes, de uma lógica decisória que não respeita as exigências de uma paciente maturação do consenso, ou que procura violentá-lo através do plebiscito generalizado, ou se ilude trabalhando com sondagens de opinião, simplificando a complexidade da política, de seus tempos e mediações.

3) A irrupção de um liberalismo utilitarista que não ordena as expectativas e necessidades segundo uma hierarquia de valores, mas que eleva à categoria de fins, o lucro, a eficiência e a competitividades subordinando a eles as razões da solidariedade.

4) O crescimento da política-espetáculo, reduzida a confronto verbal acompanhado também de ameaças; uma política compreendida como lugar do sucesso e palco de personagens triunfantes que pleiteiam poderes para governar, não na base de programas avaliados e dignos de fé, mas na base de promessas ou perspectivas genéricas.

5) Por último, há uma lógica da conflitividade, que interpreta tudo no âmbito da relação amigo-inimigo, onde, com o amigo, se tem tudo em comum, e, com o inimigo, nada. Tal contraposição seria a única capaz de estabelecer corretamente minorias e maiorias, e de desbaratar a degeneração das colizões. O coligacionismo - acordo para repartir o poder, não em busca de valores comuns que ajudem a crescer juntos, mas como espaços de influência para essa ou aquela força política - é muito diferente da busca de valores presentes nas diversas forças, em ordem a tornar mais compacta a cidade.

Na lógica da conflitividade, o vencedor sente-se autorizado a prescindir totalmente das razões do outro, simplesmente porque venceu. Disso deriva um comportamento político que desconhece o confronto, que não procura o diálogo em vista da verdade, que entende o ato de governar como pura decisão tomada por quem tem a maioria, ou confia a decisão à sorte emotiva de um plebiscito. Ainda que seja preciso admitir que o conflito político - num âmbito democrático e respeitoso dos direitos de todos - é um passo neces-

sário e, de certo modo, inevitável, não pode ser visto como instrumento ordinário de governo, e menos ainda como um bem ou um fim em si mesmo, pois o fim é sempre o *shalon*, a paz.

Portanto, não é este um tempo de indiferença, de silêncio, nem de fria neutralidade, ou de tranqüila eqüidistância. [...]

Modalidades e condições do falar hoje

Quais são os contextos, as modalidades e as condições em que a Igreja pode hoje desempenhar - com modéstia - , e ao mesmo tempo com eficácia e verdade sua tarefa neste âmbito? [...]

1) A Igreja deve, principalmente, saber olhar para a modernidade e a pós-modernidade com olhos críticos e desencantados, consciente da fragilidade e ambigüidade deste processo, mas reconhecendo que nele também há espaço para a valorização da liberdade e autonomia humana, para o louvor de Deus.

2) Por parte da Igreja, um discurso renovado sobre a política deve partir daquela opção evangélica e profética - chamada outrora *opção religiosa* - que é afirmação do primado de Deus e do Evangelho. Isso não significa recluir-se no sagrado, mas, antes, lembrar a todos que a natureza e o destino do homem excedem sempre qualquer opção contingente e, portanto, também a opção política. Toda organização social tem um caráter de precariedade e de provisoriidade; mas, para além de todos os conflitos, deve-se poder proclamar o primado da amizade, que já Aristóteles considerava como a substância e a base da atividade política. Todo homem e toda mulher deve ser respeitado e amado acima de sua opção política, pois foi criado à imagem do Deus vivo.

Por isso, as "palavras-chave" ou "palavras de ordem" que foram aparecendo paulatinamente no catolicismo italiano - a partir do pós-concílio - para indicar diversos aspectos das relações entre Igreja e atividade política ("opção religiosa", engajamento no "pré-político", engajamento na "cultura", "projeto" ou "perspectiva cultural", etc.), na realidade são formas que pressupõem o primado de Deus, de seu Evangelho, da ação evangelizadora como tarefa primordial da Igreja, e tentam captar como deve, dentro desse âmbito, situar-se a atuação dos católicos no País, para poder expressar eficazmente, na mentalidade corrente e nas instituições, os valores concernentes ao homem, e que provêm da luz da fé. As fórmulas poderão variar conforme o tempo, mas é claro que somente a contínua e infatigável insistência no primado de Deus e do Evangelho será capaz de gerar e especificar cada vez mais as formas e as modalidades de presença dos católicos na sociedade que sejam respeitadas do método democrático, e que correspondam mais adequadamente às necessidades do momento e sirvam melhor ao bem integral do homem, que é a glória do Deus vivo. "A Igreja - afirma o Vaticano II, cuja conclusão

completa trinta anos no próximo dia 8 de dezembro _ acredita, de fato, que o reconhecimento de Deus não se opõe de modo algum à dignidade do homem, uma vez que esta dignidade encontra no próprio Deus seu fundamento e perfeição" (*Gaudium et spes*, n. 21).

3) Um ponto de partida importante par um novo discurso político é a tomada de consciência do patrimônio social e caritativo da comunidade cristã, e de sua força como levedo da sociedade. Na recente Assembléia de Palermo esta consciência aflorou com lucidez, assim como o modo como tal patrimônio é administrado em benefício de todos. "A cultura da solidariedade e da compaixão representa uma contribuição dos cristãos para a consciência nacional. Esta cultura insere o fator comunhão na área da economia; orienta o *ethos* nacional no sentido de uma sensibilidade maior às necessidades dos pobres de nossa sociedade e daqueles do Hemisfério Sul; mais ainda, os integra" (Grupo n. 3). Os lugares da solidariedade cristã não são lugares onde se pratica um altruísmo de grupo, tampouco lugares fechados e separados, mas modelos de referência, e não poucas vezes exprimem projetos antecipatórios da própria intervenção pública.

4) Suposto o que se disse até aqui, convém, no entanto, ser muito conscientes da insuficiência da dimensão social e caritativa, e da necessidade e viabilidade da dimensão política como síntese das virtudes sociais e civis, como forma exigente de caridade, segundo a expressão de Paulo VI. "Os católicos não são uma 'realidade à parte' do País - declarou o Grupo 2, em Palermo, responsável pela análise do compromisso social e político. Eles procuram renovar seu serviço à sociedade e ao Estado à luz de sua tradição cultural e civil, da doutrina social da Igreja e dos numerosos testemunhos de caridade política, alguns inclusive marcados pelo martírio".

5) Neste quadro, resulta válido e eficaz sublinhar o modo correto de atuação política. Convém evitar dois extremos: 1) a tradução precipitada e imediata dos valores cristãos enquanto tais em formas políticas integristas; 2) o esquecimento prático desses valores em nome de uma *Realpolitik*, que aceita todo tipo de compromisso em vista de algumas vantagens imediatas. Vivemos numa situação pluralista e complexa, onde o que consideramos como bem, inclusive moral, nem sempre pode ser traduzido imediatamente em lei, uma vez que é preciso contar com o consenso de muitos. Convém, pois, saber avaliar com sábia gradualidade. E especialmente numa época como a nossa, despossuída de evidências éticas, pode acontecer que nem sequer um valor, que a alguém lhe parece proeminente, possa ser politicamente proposto por primeiro e tornar-se sem mais uma norma obrigatória, quando se prevê que sua imposição pode provocar uma deterioração da convivência. Quanto mais um valor é eticamente relevante, tanto mais compromete e, por isso, requer um processo de maturação em termos de comportamento. É preciso, portanto, distinguir entre o trabalho de criar mentalidade e sentir comum, capaz de convecer acerca da importância de um valor para

a coletividade, através de boas razões e de exemplos atraentes, e sua tradução legislativa, que só poder alcançada através de uma base suficiente de consenso.

6) Daí deve nascer a capacidade de transformar em propostas políticas os valores derivantes do patrimônio da fé. Não basta abordar os problemas na base de declarações de princípio; é preciso entrar instrumentos de tradução prática que possam ser compartilhados. E nisso vale mais a proposta de caminhos positivos, embora graduais, que fechar-se no "não", atitude esta que com o passar do tempo revela-se estéril. Não basta, por exemplo, proclamar o valor da família, e exigir uma legislação que a promova e preveja os danos gravíssimos que a dissolução do vínculo familiar acarreta à sociedade; é preciso, ao mesmo tempo, buscar pacientemente soluções práticas que também levem em consideração quem tem concepções diferentes e faz parte da mesma sociedade civil. Igualmente, não basta proclamar o valor preeminente da vida em sua integridade, se também não se procuram vias políticas compartilhadas, que favoreçam o amor à vida através da criação de condições sociais favoráveis aos casais jovens, ao sustento das condições da mulher, à política da moradia, à diminuição do ônus fiscal para quem deseja alegrar a sociedade com novas vidas. Nem toda lentidão no proceder significa necessariamente cedimento. Há também o risco de, ao pretender o ótimo, deixar a situação regredir a níveis cada vez menos humanos. A questão da mediação antropológico-ética é talvez um dos trabalhos mais importantes e urgentes para os cristãos engajados na política e uma das contribuições mais fecundas que as comunidades cristãs podem oferecer hoje à sociedade civil. Os princípios da fé devem ser transformados em valores para o homem e para a cidade e, dentro do maior consenso e concórdia possíveis, devem resultar visíveis e atraentes também para os outros. É preciso passar da fragmentação política dos cristãos - como se toda opção política fosse igualmente legítima, independentemente da sua coerência - a opções políticas que coloquem precisamente o problema da coerência e saibam dar razão dela.

7) Para este escopo, convém oferecer instâncias de diálogo nas quais os cristãos possam debater e dar razões de suas opções políticas. Esta é uma exigência expressa com ênfase na Assembléia de Palermo. "É mais necessária do que nunca - declarou o Papa - a educação nos princípios e métodos de um *discernimento* não apenas pessoal, mas também *comunitário*, que permita o diálogo entre irmãos de fé, ainda que militem em frentes políticas diferentes, ajudando-se mutuamente a atuar em *coerência* com os valores professados em comum". E o cardeal Ruini afirmou: "Trata-se, agora, de favorecer o aumento de instâncias e momentos onde o discernimento possa tornar-se mais específico e concreto, sobretudo por parte dos que atuam na política".

8) De tais encontros e diálogos poderão surgir critérios fundamentais, cada vez mais concretos, para qualquer discernimento po-

lítico: eles ajudarão a ter sempre como referência, por exemplo, a tutela das velhas e novas situações de debilidade; a defesa de um valor humano que se intui estar particularmente em perigo num determinado momento; a atenção aos temas principais, aos quais se referiu o Papa no seu discurso em Palermo, concernentes aos "princípios da doutrina social da Igreja sobre a pessoa e o respeito à vida humana, sobre a família, a liberdade de ensino, a solidariedade, a promoção da justiça e da paz" (n. 10).

9) No plano eclesial, isto comporta a retomada de um discurso formativo que remonte às fontes genuínas da Revelação e esteja radicado numa comunidade plasmada pelo Evangelho. "A Igreja que está na Itália - disse ainda o Papa - sente-se interpelada a *deixar-se plasmar pela escuta da palavra de Deus*, alimentando-se e purificando-se continuamente nas fontes da liturgia e da oração pessoal" (n. 9). Sente-se estimulada não só a formar seus filhos, como também a deixar-se formar ela mesma, vivendo em seu interior segundo relações fundadas no Evangelho, segundo as modalidades que em minha última carta pastoral, *Ripartiamo da Dio*, indiquei como capazes de exprimir uma *comunidade alternativa*, isto é, uma comunidade que, numa sociedade conotada por relações frágeis, conflitivas e de tipo consumístico, exprima a possibilidade de relações gratuitas, fortes e duradouras, baseadas na aceitação mútua e no perdão recíproco.

10) Por último, deve-se sublinhar a importância particular e o papel determinante do laicato nesse processo de renovação da presença da Igreja na sociedade. Mais do que nunca a Igreja está em condições de "apostar" na maturidade e no espírito de responsabilidade de seus leigos, como demonstrou muito bem a contribuição importante e responsável que tantos batizados, homens e mulheres, de toda idade e condição social, deram para o êxito da Assembléia de Palermo. Mas, apostar significa também reconhecer aos leigos, na instância da política, a liberdade de assumir riscos calculados. Em seu discurso em Palermo, o Papa inclusive conclamou a *não fugir da Cruz*, a "não deixar-se abater pelos fracassos aparentes", a jamais abdicar a defesa do homem" (n. 9).

O nosso tempo poderia parecer complexo e difícil, no qual resulta custoso saber orientar-se sobre o que se deve calar e sobre o que se deve dizer. No entanto, nosso patrono Santo Ambrósio viveu em tempos bem mais calamitosos e difíceis, nos quais a relação correta com uma sociedade dramaticamente dividida e com o Império obrigava a discernimentos contínuos e laboriosos. Confiemos, pois, que Santo Ambrósio interceda por nós em momentos como estes. [...]

(Traduzido de LA CIVILTÀ CATTOLICA
1996 I 59-66 por Danilo Mondoni)